



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

MANIFESTAÇÃO

Campinas, 23 de fevereiro de 2026.

Processo PMC.2025.00192330-89

Assunto: Minuta de Decreto - Regulamentação do §3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021 (gestores e fiscais de contratos)

À Secretaria Municipal de Justiça
Senhor Secretário,

A **Secretaria Municipal de Administração (pelo Departamento de Planejamento Estratégico – DPE – DOC 17241135)** e a **Procuradoria-Geral do Município (pela PLC – Núcleo de Licitações e Contratos – DOC 17269072)** trouxeram, aos autos, importantes contribuições a serem incorporadas na **Minuta de Decreto, que regulamenta o § 3º do artigo 8º da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para disciplinar a atuação dos gestores e dos fiscais de contratos**, no âmbito da Administração Pública direta do Município de Campinas.

A seguir, destacamos as providências adotadas no texto normativo, frente às sugestões propostas pelo DPE e PLC-NL, pela ordem dos artigos:

DPE:

1. **(Art. 3º, inciso II)** – Recomenda-se avaliar a conveniência de maior objetividade na caracterização dos requisitos de designação, uma vez que expressões como “atribuições relacionadas a licitações e contratos” e “formação compatível” podem, na prática, comportar interpretações excessivamente amplas.

PGM-PLC-NL:

Artigo 3º, Inciso II: O dispositivo utiliza expressões de conceito aberto, tais como formação compatível e atribuições relacionadas. Propõe-se que a futura regulamentação complementar, a ser editada por Resolução nos termos do Artigo 14 da Minuta, especifique critérios objetivos para a aferição dessa compatibilidade, como a exigência de certificação em cursos de gestão e fiscalização de contratos com carga horária mínima ou a comprovação de experiência pretérita formalizada. Tal medida é essencial para garantir que a gestão por competências não se torne uma cláusula meramente retórica, assegurando que o encargo da fiscalização recaia sobre agentes efetivamente aptos a mitigar riscos e zelar pela correta execução do objeto contratado, em especial em contratos de alta complexidade técnica ou elevado valor financeiro.

RESPOSTA:

Mantivemos o texto que reproduz o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando a sugestão da PGM-PLC-NL nos seguintes termos: “Propõe-se que a **futura regulamentação complementar, a ser editada por Resolução nos termos do Artigo 14 da Minuta, especifique critérios objetivos para a aferição dessa compatibilidade**, como a exigência de certificação em cursos de gestão e fiscalização de contratos com carga horária mínima ou a comprovação de experiência pretérita formalizada.”

DPE:

2. (Art. 4º) – Embora o dispositivo esteja, em tese, alinhado ao princípio da segregação de funções, parece-nos oportuno refletir sobre sua operacionalidade, sobretudo quanto: (i) ao momento em que a avaliação deve ocorrer; (ii) à autoridade responsável por realizá-la e registrá-la; e (iii) à expressão “consolidação das linhas de defesa”, que pode não ser de domínio corrente para parte significativa dos servidores envolvidos na rotina administrativa.

PGM-PLC-NL:

Artigo 4º, Parágrafo Único: quanto à operacionalidade do princípio da segregação de funções e das linhas de defesa. Embora o texto reflita o § 1º do Artigo 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, observa-se uma lacuna quanto ao momento e à autoridade responsável pela avaliação da segregação de funções na situação fática processual. Sugere-se a inclusão de comando prevendo que tal avaliação deva ocorrer obrigatoriamente na fase preparatória da contratação, devendo ser registrada de forma motivada pela autoridade contratante no Estudo Técnico Preliminar ou no mapa de riscos. Adicionalmente, a menção à consolidação das linhas de defesa deve ser acompanhada de uma diretriz técnica que vincule a flexibilização da segregação à existência de controles internos compensatórios, evitando que a escassez de recursos humanos sirva como justificativa genérica para a cumulação indevida de funções críticas, o que comprometeria a integridade do processo de contratação pública.

RESPOSTA:

Alteramos a redação do parágrafo único para, no **inciso I**, acrescentar a obrigatoriedade de avaliação da situação fática na fase preparatória da contratação, devendo ser registrada de forma motivada pela autoridade subscritora do Estudo Técnico Preliminar ou do Mapa de Riscos e, no inciso II, suprimir a alínea (a) com menção à consolidação das linhas de defesa, por não ser de “domínio corrente” e pelo fato de na Municipalidade já existir essa consolidação, o que não justifica o ajuste da aplicação do princípio de segregação de funções sob esse argumento.

PGM-PLC-NL:

Artigo 6º, §1º: Recomenda-se deixar explícito que a dispensa do fiscal não afasta o dever de fiscalização, apenas concentra as atribuições no gestor, mediante justificativa formal e motivada, a fim de evitar interpretação de fragilização do controle.

RESPOSTA:

Ajustamos a redação conforme recomendação.

DPE:

3. (Art. 6º, §§ 5º e 6º) – Recomenda-se discussão adicional quanto à manutenção da excepcionalidade de designação de Secretário Municipal como gestor de contrato, considerando que, conforme apontado no Parecer nº [15157329](#), a aplicação prática desse tipo de previsão pode, por vezes, afastar-se da finalidade estritamente excepcional e gerar distorções na adequada alocação de responsabilidades. O cargo de Secretário Municipal é essencialmente político e voltado à formulação de políticas públicas, supervisão institucional e ao planejamento estratégico da pasta, não se coadunando com a natureza técnica e operacional da função de gestão contratual. Como alternativa, poderia ser ponderada a vinculação excepcional ao Diretor do Departamento responsável pela contratação, a depender do desenho de governança considerado mais adequado.

PGM-PLC-NL:

Artigo 6º, §5º: prevê a possibilidade de Secretários Municipais exercerem a função de gestor de contrato. A função de Secretário Municipal possui natureza eminentemente política e estratégica, voltada ao planejamento de políticas públicas e à supervisão institucional, o que se revela incompatível com as atribuições técnicas, operacionais e de registro contínuo exigidas de um gestor de contrato conforme o Artigo 8º da própria Minuta. Assim, recomenda-se explicitar que o exercício por Secretários deve ser absolutamente excepcional, devidamente motivado, preferencialmente em contratos estratégicos ou institucionais, evitando banalização da exceção.

RESPOSTA:

Suprimimos o § 5º original que previa a possibilidade de assunção excepcional das funções de gestor pelo Secretário Municipal, mantendo tal possibilidade apenas em caso de atraso ou falta de indicação ou desligamento ou afastamento extemporâneo definitivo do gestor ou fiscal, hipótese em que recairá sobre o Diretor do Departamento e, em sua ausência, sobre o Secretário Municipal (autoridade contratante).

DPE:

4. (Art. 8º – reforço de deveres de instrução e histórico) – Considerando a experiência do DPE/COATE em processos de repactuação/reajuste/revisão, recomenda-se avaliar a inclusão de obrigação expressa de que o gestor do contrato, antes do encaminhamento para análise técnica de cálculos na COATE, apresente manifestação técnica circunstanciada e histórico organizado da execução contratual, com referência explícita aos documentos essenciais (ordem de serviço, aditivos, apostilamentos, reajustes/repactuações anteriores, registros formais), com vistas a reduzir fragmentação documental, retrabalho e risco de inconsistências.

PGM-PLC-NL:

Inclusão de novo inciso ao Artigo 8º: estabelecendo o dever de instrução processual cronológica e histórica. Conforme pontuado na manifestação do DPE (DOC 17241135), a ausência de um histórico organizado da execução contratual retarda significativamente os processos de reajuste, repactuação e revisão, gerando retrabalho e risco de inconsistências financeiras. Propõe-se a inserção de obrigação expressa para que o gestor, antes de encaminhar o processo para análise de cálculos, apresente manifestação técnica circunstanciada contendo a relação de ordens de serviço, termos aditivos e apostilamentos anteriores. Esta medida organiza o fluxo documental e assegura que a unidade técnica responsável pela conferência econômica receba os autos com a maturidade instrutória necessária para uma decisão segura e célere, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da avença e prevenindo o enriquecimento sem causa de qualquer das partes.

RESPOSTA:

Ajustamos o inciso VI do art. 8º para contemplar a necessidade de apresentação, pelo gestor do contrato, de manifestação técnica circunstanciada e histórico organizado da execução contratual contendo a relação de ordens de serviço, termos aditivos e apostilamentos anteriores, previamente ao encaminhamento do processo para análise de cálculos pela Coordenadoria Departamental de Análise Técnico-Econômica (COATE) do Departamento de Planejamento Estratégico (DPE) da Secretaria Municipal de Administração (SMA).

DPE:

5. (Art. 8º, inciso XI – riscos) – Quanto ao inciso XI, que prevê competir ao gestor “avaliar os riscos constantes do Mapa/Matriz de Riscos (...) decidir sobre o tratamento de riscos, aceitar, reduzir, transferir ou evitar os riscos”, salvo melhor juízo, parece-nos oportuno refletir se a redação, tal como posta, pode gerar dúvidas de aplicação prática por parte dos gestores na fase de execução, na medida em que determinadas decisões de “tratamento de risco” costumam ser definidas ainda na fase preparatória (ETP/Análise de Riscos/contrato), antes mesmo da designação formal do gestor para acompanhamento da execução. Nesse contexto, sem qualquer intenção de esgotar o tema (e reconhecendo que a SMGC detém expertise própria na matéria), sugere-se ponderar se seria útil aclarar o comando para uma formulação mais operacional, voltada a:

- monitorar os riscos previstos e suas ocorrências durante a execução;
- registrar evidências e eventos relevantes nos autos (relatórios, notificações, ocorrências);
- acionar gatilhos contratuais e providências previstas (comunicações formais, sanções, retenções, medidas de mitigação); e
- submeter à autoridade competente, quando cabível, proposta fundamentada de ajustes/medidas mitigadoras, distinguindo a gestão do risco na execução da definição do tratamento do risco no planejamento, caso se entenda pertinente.

RESPOSTA:

Modificamos a redação do inciso XI do art. 8º, conforme sugestão.

PGM-PLC-NL:

Art. 8º, §2º: A medida está alinhada à jurisprudência para contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, porém envolve dados pessoais e sensíveis. Recomenda-se, assim, acrescentar referência expressa à observância da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), com limitação ao estritamente necessário para a fiscalização contratual.

RESPOSTA:

Inserimos ao final do § 2º do art. 8º menção expressa à LGPD, conforme recomendação.

PGM-PLC-NL:

Art. 10, §§3º a 7º: O mecanismo é compatível com a Lei nº 14.133/2021 e com precedentes do TCU, mas exige cautela operacional. Sugere-se explicitar que tais medidas devem ser adotadas mediante decisão formal, motivada e precedida de contraditório, evitando leitura de automatismo na retenção ou pagamento direto.

RESPOSTA:

Inverteremos a redação dos §§ 6º e 7º para facilitar a citação no novo § 8º introduzido para indicar a necessária decisão formal, motivada e precedida de contraditório, consoante sugestão.

DPE:

6. (Art. 12, §3º – **apoio do controle interno e conferência de cálculos**) – Recomenda-se avaliar a conveniência de explicitar, no §3º do art. 12, como exemplo objetivo de apoio possível do órgão de controle interno, a técnica de “conferência de cálculos”, conforme definida no Manual de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP, que a descreve como o procedimento destinado a verificar a exatidão de somas, deduções, produtos, divisões, sequências numéricas e correta aplicação de índices, alíquotas e taxas, inclusive quando os cálculos são processados por meios eletrônicos, sendo plenamente aplicável, por exemplo, à análise de reajustes, repactuações e revisões em contratos de terceirização de serviços.

RESPOSTA:

Explicitamos, no § 3º do art. 12, a conferência de cálculos como auxílio possível do Controle Interno.

Assim, segue **anexa a nova versão da Minuta de Decreto (DOC [17835345](#))** para, se de acordo, envio às **Secretarias Municipais** para exame e eventuais sugestões complementares.

Nessa oportunidade, renovamos a afirmação do nosso respeitoso apreço.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 23/02/2026, às 15:31, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 23/02/2026, às 15:33, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17835497** e o código CRC **087DE7A8**.